

Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas

Teresa Kleba Lisboa

Professora do Departamento de Serviço Social - UFSC
Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em
Serviço Social e Relações de Gênero - NUSSERGE

1. Gênero e Pobreza

Nas últimas décadas, apesar do acentuado processo de globalização, constata-se que a exclusão social e a pobreza absoluta tem aumentado significativamente: quase 3 bilhões de pessoas vivem com menos do que US \$ 2,00 por o dia, e destas, 70 % são mulheres, a grande maioria residentes em países do Terceiro Mundo. O predomínio de mulheres entre os pobres é consequência do desigual acesso feminino às oportunidades econômicas e sociais. Na América Latina as mulheres foram excluídas da Reforma Agrária e na África, apesar das mulheres serem 80% das produtoras de alimentos, a grande maioria foi destituída de suas terras. O neoliberalismo tem provocado o que Martins (1997) chama de “uma nova desigualdade social”, que se caracteriza basicamente por criar uma sociedade dupla, como se fossem dois mundos, duas “humanidades”: de um lado os integrados no circuito reprodutivo, de outro, uma sub-humanidade constituída pelos excluídos dos avanços do capitalismo emergente.

Um dos resultados mais cruéis desta ordem de expropriação e exploração ao final deste segundo milênio é a “pobreza de gênero” (Lagarde, 1996, p.166; Shiva, 1993, p. 101), produto da dominação-opressão de gênero, e se caracteriza porque

“o gênero feminino é aquele que mais trabalha; recebe menor retribuição pessoal por seu trabalho; enfrenta mais impedimentos e limitações para alcançar riqueza social; possui mais carências, enfrenta mais privações e satisfaz em menor medida suas necessidades vitais” (Lagarde, 1996, p. 170)

As políticas neoliberais não só estreitam as margens de participação e reduzem a intervenção dos sujeitos sociais, como também implicam em um desenvolvimento desumano. Lagarde (1996, p. 91) aponta os principais entraves do atual estágio de desenvolvimento que tem atingido diretamente às mulheres e configuram mecanismos de dominação e subordinação: a eliminação do Estado de Bem Estar Social, com significativa perda dos direitos sociais e a privatização dos serviços de reprodução social

com conseqüente sobrecarga de trabalho e opressão das mulheres; a expropriação de bens e recursos de grupos ou povos, cuja detenção é indispensável para sua sobrevivência; a concentração e monopolização de bens e recursos obtidos através de processos de produção coletiva e social; a redução de instâncias de mediação social e de redistribuição dos poderes políticos; a destruição das redes sociais de comunicação e participação social e o controle do consenso através dos meios massivos de informação com criação permanente de estereótipos que reiteram princípios de supremacia, racismo e sexismo, violência e intolerância.

2. Empoderamento como capacitação, afirmação e valorização das mulheres

Autores como Friedman (1996) tem criticado o modelo neoclássico de desenvolvimento econômico que privilegia valores e interesses comerciais em detrimento à democracia, direitos humanos e justiça social. Para o autor, é necessário “que os setores desprovidos de poder sejam incluídos nos processos políticos e econômicos, tenham seus direitos de cidadania garantidos e o reconhecimento como seres humanos” (p. xi). Em relação às teorias e políticas de desenvolvimento convencionais argumenta que estas, não tem incluído a perspectiva de gênero em suas propostas e as análises têm sido pautadas sobre os conglomerados urbanos, as cidades, macro-regiões e favelas. O paradigma do desenvolvimento humano, alternativo, apoiado em seus princípios de sustentabilidade, equidade, produtividade e empoderamento, tem como objetivo atender as necessidades básicas das pessoas e parte do pressuposto que a unidade de análise e o ponto de partida são as unidades domésticas¹. Neste paradigma, a abordagem do empoderamento é fundamental para fazer valer a igualdade entre homens e mulheres, em relação à competência e tomada de decisões. É justamente o princípio do “empoderamento” que distingue o paradigma do desenvolvimento humano dos outros tipos de desenvolvimento, porque “estar empoderado”

significa que as pessoas estão em posição de exercer sua capacidade de escolher de acordo com seu próprio e livre desejo. Implica uma política democrática em que as pessoas podem influenciar nas decisões sobre suas próprias vidas. (...)

¹ A unidade doméstica é definida por Friedman como “um grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto e comendo da mesma panela” (p. 33)

Significa a descentralização do poder de tal forma que a governabilidade seja trazida na porta de cada pessoa. Significa que todos os membros da sociedade civil, particularmente as organizações não governamentais, participem de fato da tarefa de tomar e implementar decisões (Mahbub ul Haq, citado por Lagarde, 1996, p.111)

Neste sentido, Friedmann (1996, p. viii) afirma que empoderamento “é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”. Ele aponta três tipos de empoderamento, importantes para as unidades domésticas: o social, o político e o psicológico.

O **poder social** refere-se ao acesso a certas “bases” de produção doméstica, tais como informação, conhecimento e técnicas, a participação em organizações sociais e os recursos financeiros. Pressupõe, também, garantia de sobrevivência e independência econômica.

O **poder político** diz respeito ao acesso dos membros individuais de unidades domésticas ao processo pelo qual são tomadas as decisões; não é apenas o poder de votar, mas, principalmente, o poder da voz e da ação coletiva. Parte da “alfabetização política” e significa também, maior participação no âmbito político bem como acesso a ocupar cargos de representação e direção.

O **poder psicológico**, por sua vez, decorre da consciência individual de força e manifesta-se na autoconfiança. É o mesmo que poder pessoal, pois o que importa é o incremento da capacidade das mulheres de avançarem na conquista da autonomia e conseqüente emancipação. Significa, também, ter controle sobre o próprio corpo e sobre sua sexualidade. O empoderamento psicológico é, muitas vezes, o resultado de uma ação vitoriosa nos domínios social ou político, embora também possa resultar de um trabalho intersubjetivo.

Estes três tipos de poder devem se integrar numa tríade. Quando esta tríade, centrada numa mulher ou numa unidade doméstica, está ligada a outras, o resultado é uma rede de relações de *empowering* que, devido ao esforço mútuo, tem um potencial extraordinário de mudança social. As mulheres que trabalham com outras mulheres em cooperativas de produção, movimentos políticos ou grupos de apoio mútuo - podem alcançar muito mais resultados do que uma mulher trabalhando só. Redes e

organizações - a ação coletiva - tendem a reforçar o processo de empoderamento social, psicológico e político das mulheres.

Para Friedmann (1996, p. 50), “não são os indivíduos, mas as unidades domésticas que são ‘pobres’, a própria pobreza deve ser redefinida como um estado de desempoderamento”. As mulheres pobres são excluídas dos direitos mínimos porque suas famílias não tiveram ou não têm acesso ao poder social para melhorar as condições de vida de seus membros; elas não têm acesso ao poder político porque não compartilham as tomadas de decisões; não possuem o poder da voz, nem o da ação coletiva. Da mesma forma, não têm acesso ao poder psicológico que decorre da consciência individual de força e manifesta-se na autoconfiança. Em suma, não são consideradas cidadãs.

Portanto, a motivação primária consiste na superação da pobreza, que por sua vez exige a tomada de consciência, principalmente por parte das mulheres pobres, de seu poder social, político e psicológico. No combate à pobreza, o empoderamento orienta-se para a conquista da cidadania, isto é, a conquista da plena capacidade de um ator individual ou coletivo de usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos.

Para Stark (1996), através do empoderamento cada pessoa toma parte nas decisões que dizem respeito a seu cotidiano; ele requer democracia e equidade entre as pessoas envolvidas, na tomada de decisões à nível sócio-econômico e político. Ter a possibilidade de “escolher” tem como fundamento teórico metodológico não só uma categoria política, mas também sociológica, de ação e inter-relação com as estruturas.

O empoderamento neste caso é um processo pelo qual pessoas, organizações sociais ou comunidades criam o seu próprio espaço vital, tanto social como ecológico, e a partir dele aprendem a lidar criativamente com situações problemas e em função de suas necessidades básicas; o enfoque é centrado na força e na capacidade das pessoas de descobrir e desenvolver suas capacidades para vencer e superar seus problemas tanto individuais como sócio-estruturais.

É nessa dinâmica que nos propomos a trabalhar o conceito de poder de uma forma **produtiva** e **afirmativa**. Ao invés de um poder que oprime, domina e anula,

propomos construir, à partir de uma ética distinta, um poder que **afirma**², **reconhece** e **valoriza**.

Numa perspectiva desconstrucionista, Lagarde (1996, p.209) defende que, uma nova concepção de poder a partir da realidade das mulheres, o empoderamento, implica na inversão dos mecanismos de poder patriarcais fundados na opressão e na mudança de normas, crenças, mentalidades, usos e costumes, práticas sociais e conquista dos direitos da mulher. Trata-se de um poder das mulheres conformado por um conjunto de suportes, recursos e condições vitais:

*“- é o poder para viver sem o risco que hoje significa a vulnerabilidade de gênero;
- poder para serem respeitadas em sua integridade e não serem violentadas;
- poder para afirmar-se e encontrar correspondência de suporte e afirmação no mundo;
- poder para aceder aos recursos e bens para satisfação de suas necessidades;
- poder para intervir com paridade em todas as decisões e assuntos do mundo;
- poder de não serem oprimidas e relacionar-se com os homens em igualdade de condições;
- poder para reconhecer-se nas instituições e na cultura que lhe são próprias;
- poder para não se sentirem estranhas no seu próprio mundo;
- poder de protagonizar cada uma a sua vida e de serem reconhecidas como gênero, como um sujeito histórico” (Lagarde, 1996, p.209).*

Para que esta nova concepção de poder possa ser colocada em prática, é necessário que aconteçam mudanças estruturais profundas.

Cabe ressaltar que o processo de empoderamento é visto como estreitamente relacionado ao de participação. Experiências em diversas partes do mundo têm mostrado que processos de participação possibilitam processos de empoderamento e que estas metodologias favorecem o estabelecimento de políticas e práticas de desenvolvimento que contemplam as necessidades das pessoas vivendo na pobreza. É importante a promoção e a implementação de processos participativos na gestão das políticas. Iorio (2002) propõe que os governos devem assegurar canais para que as pessoas e os grupos de pessoas vivendo na pobreza possam fazer parte de instâncias de definição, implantação e monitoramento de políticas mais gerais (como orçamento participativo, conselhos de políticas sociais, segurança alimentar, previdência, conselhos de saúde, educação) e de programas de combate à pobreza e à exclusão (mas não somente nestes espaços). A participação é um elemento constitutivo das estratégias de

² Um poder que afirma é reivindicado pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, no documento “Estratégias de Igualdade - Ações Afirmativas”, elaborado por representantes de todos os estados brasileiros e entregue ao Presidente da República em 07 de março de 1997. O documento é dividido em oito temas - combate à pobreza, educação, saúde, prevenção e combate à violência, acesso ao poder, mecanismos institucionais, direitos humanos e meios de comunicação.

empoderamento. O Banco Mundial, por exemplo, vê o empoderamento como a última etapa nos processos de participação local nos projetos de desenvolvimento.

Por isso, o “empoderamento” é indicado como passo inicial de um processo mais amplo de conquista da cidadania, que deve ser facilitado através da participação em projetos com vistas a propor demandas de políticas públicas.

3. Os cinco momentos do processo de empoderamento

Kieffer (apud STARK, 1996), aponta cinco momentos do processo de “empoderamento” que configuram a passagem de uma situação de impotência para uma de competência participativa.

O primeiro momento é denominado **Contexto**, e ocorre sempre no início de um processo, geralmente, caracterizado por uma vivência de ruptura ou ameaça vital, por exemplo, a migração de famílias do campo para a cidade; uma situação de marginalidade e de percepção das contradições insuportáveis entre a realidade esperada e aquela vivida, por exemplo, chegar na cidade e constatar que não tem emprego nem casa para morar. Esta percepção é acompanhada por um sentimento de revolta, inconformismo, não aceitação, e, ao mesmo tempo de competência para a participação, ou seja, a pessoa passa a sentir que está apta para agir em prol de uma transformação:

O segundo momento: **Motivação**, é quando ocorre a identificação com outros indivíduos que vivem a mesma situação, moradores de uma mesma comunidade, participação no Movimento dos Sem-Teto, resultando mudanças no cotidiano e críticas às estruturas de poder vigentes.

O terceiro momento: **Engajamento e reivindicação** constitui-se por uma mobilização seguida de uma fase crítica. Atividades ou reações espontâneas precisam evoluir para um engajamento estável. Elas devem produzir vínculos duradouros com os atingidos pela mesma situação e conduzir à uma compreensão política de que, sua situação pessoal tem uma dimensão coletiva. Para isto, o papel de um agente externo, de uma pessoa que Kieffer (apud Stark, 1996 p.122) chama de mentor ou mentora ou de um grupo de apoio, é central. Estes mediadores impulsionam a descoberta de capacidades e competências veladas e encorajam a ação social e política:

O quarto momento é quando ocorre a **Integração e ação**. Os conflitos são compartilhados ocorrendo a participação em grupos diversos: associação de moradores,

grupos de mulheres, Movimento dos Sem-Teto, etc., o que dá origem ao sentimento de pertencimento, a trocas mútuas, e a redes sociais (de vizinhança, de ONGs).

O quinto e último momento é chamado de **Conscientização** e “paciência ardente”. Conscientização, entendida aqui na perspectiva de Paulo Freire como o desenvolvimento de uma “faculdade crítica” entre as pessoas marginalizadas e oprimidas. Uma consciência política, ou seja, “sentir-se capaz”, ter o poder de “fazer” algo como sujeitos ativos do processo de transformação na perspectiva de um outro tipo de desenvolvimento. Requer, também, tempo e paciência em relação à superação de décadas de aceitação passiva, de conformismo, e convencimento de que participando ativamente na vida social é possível alcançar objetivos coletivos e produzir mudanças sociais. Os conhecimentos e experiências adquiridos e, ao mesmo tempo, a aquisição de auto-confiança podem ser compartilhados com outros membros da comunidade, o que fortalece o “empoderamento” das futuras lideranças.

4. Os níveis de empoderamento e suas articulações

O empoderamento tem sido instrumentalizado por meio de metodologias práticas de projetos como um processo, podendo manifestar-se em três níveis: individual, grupal e estrutural. Exemplificaremos estes níveis através do processo de empoderamento de uma liderança comunitária que foi sujeito de uma de nossas pesquisas (LISBOA, 2003). Como veremos na trajetória abaixo, os níveis geralmente correspondem aos “momentos” do empoderamento vistos no item anterior.

Primeiro nível: individual – neste nível são conhecidos inúmeros exemplos de pessoas que saíram de situações de dominação, resignação, desmoralização e violência e conseguiram retomar sua vida “nas próprias mãos”, como é o caso de dona Joana, que iniciou seu processo de empoderamento antes de vir para Florianópolis. Quando morava no campo, ela e sua mãe tinham que assumir e deliberar sobre todas as tarefas relacionadas ao plantio da horta para consumo, criação de animais e cuidado dos filhos, no caso, seis irmãos, dos quais ela era a mais velha. Seu pai ficava meses fora porque era peão de fazenda e conduzia bois pela serra abaixo para serem vendidos. Lembra dos mutirões que faziam ajudando os vizinhos na colheita e corte de erva de chimarrão; era trabalho à troca de comida. Depois de casada e já com três filhos, o marido cometeu um

crime e veio transferido para a Penitenciária Estadual de Florianópolis. Dona Joana encheu-se de coragem e decidiu vir atrás dele.

Segundo nível: grupal ou coletivo - Ao chegar em Florianópolis (ano de 1966), dona Joana encontrou parentes e conhecidos morando nas imediações da Penitenciária e visitando seu marido, conheceu outras “mulheres de presos” que estavam na mesma situação que a sua. Todas moravam em barracos provisórios e na época a questão da terra na Comunidade do Morro da Penitenciária estava em conflito com os donos da TV Cultura que por sua vez queriam expropriar os moradores e cobrar aluguel dizendo que as terras eram suas. Com o apoio de agentes externos, dona Joana ficou sabendo que aquelas terras pertenciam a Penitenciária e formaram grupos para discutir e compartilhar as angústias em relação à posse da terra. Nestes encontros falava-se sobre os direitos dos cidadãos, explicava-se o significado do “usucapião” e dali formaram-se comissões específicas para reivindicar o direito a terra, água, e outras necessidades. Dona Joana participou desde o início dessas comissões.

O papel do educador, agente externo ou trabalhador social neste nível deve ser o de desvelar a realidade, juntamente com os sujeitos sociais, despertando a consciência e estimulando o desenvolvimento de lideranças e capacidades muitas vezes ocultas. Nesse sentido, Rappaport (1985) entende que o trabalhador social necessita se aproximar do cotidiano dos indivíduos com os quais exerce sua prática, pois desta forma, poderá conhecer diferentes estratégias e reconhecer que para cada problema é possível propor uma solução. Da mesma forma, o trabalhador social desempenhará um papel de mediador entre as reivindicações coletivas e Instituições Governamentais, que leva ao terceiro nível do empoderamento.

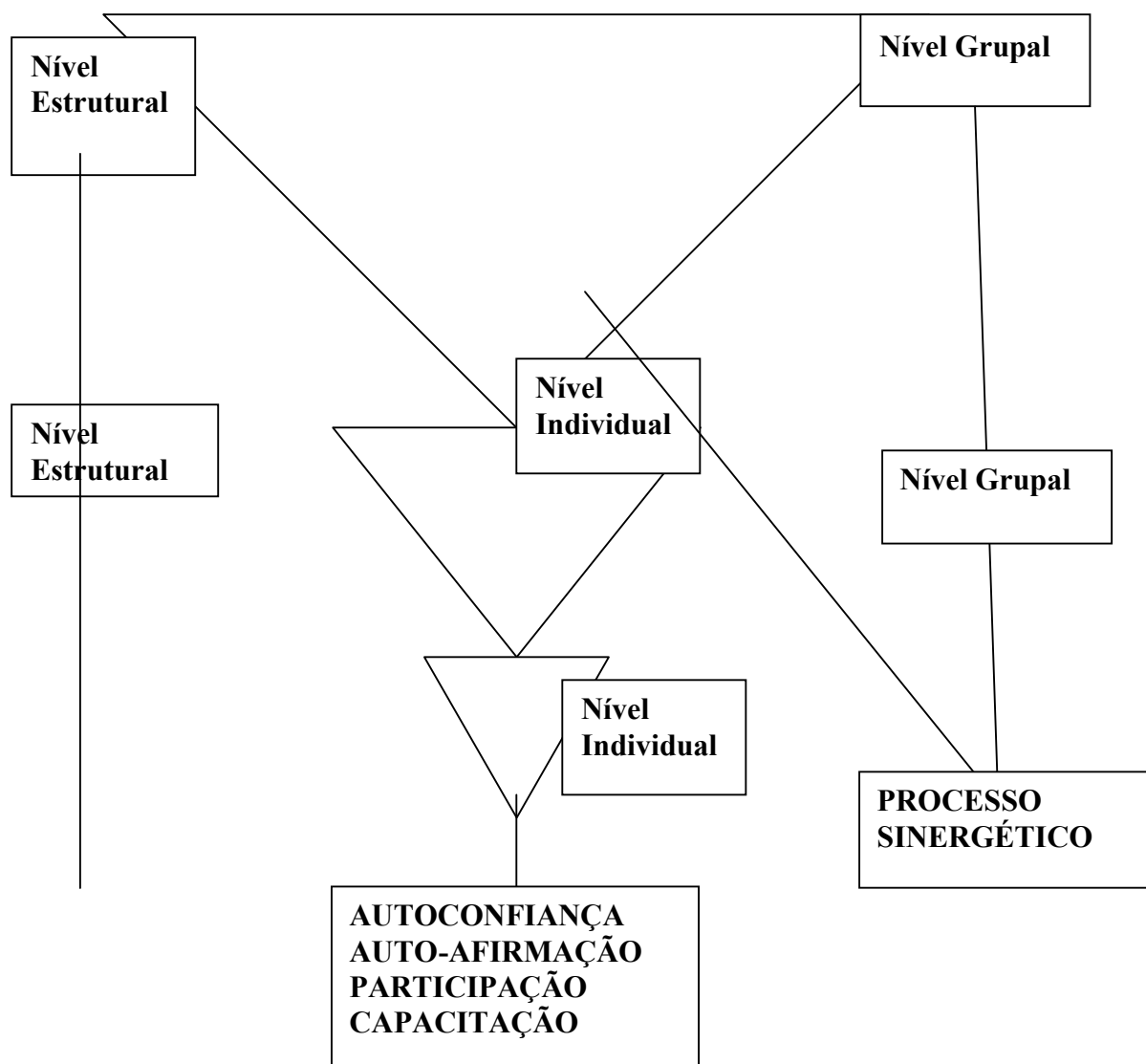
Terceiro nível: estrutural – este nível pressupõe resultados de lutas e reivindicações e prevê tanto o atendimento das necessidades básicas como o acesso à recursos materiais, econômicos, infra-estrutura e outros, sempre decorrente de um empoderamento coletivo. Neste nível temos exemplos históricos de movimentos sociais, no caso aqui mencionado tanto o Movimento dos Sem Teto como o Movimento Nacional em prol da Habitação Popular que são espaços significativos para ação e intervenção junto às instâncias públicas na medida em que reivindicam uma mudança em nível estrutural. Foram muitas as tentativas de negociação com o setor público, dezenas de audiências, reuniões, passeatas, pressão exigindo a regularização das terras.

Nas reivindicações que foram vitoriosas, dona Joana cita a regularização das escrituras de posse, aquisição de água encanada, rede de esgoto, luz elétrica, calçamento, construção de uma escola, da casa da comunidade e o projeto “Beija Flor” que é a reciclagem do lixo na comunidade.

A trajetória de empoderamento de dona Joana nos mostra que o empoderamento individual permanece incompleto enquanto não é articulado aos demais níveis: grupal e estrutural. No caso exemplificado, a comunidade foi vitoriosa na maioria das reivindicações. Esse processo, porém, nem sempre é fácil, pois para alcançar o nível estrutural, são necessárias alguns parâmetros imprescindíveis conforme nos orienta KATZ, 1990, apud KLEBA, 2005, p. 222): uma cultura que aceite os sujeitos como participantes das comunidades e na qual os interesses individuais são respeitados e considerados; o acesso a recursos inter-individuais, de caráter coletivo e a possibilidade de sua utilização; rituais de transformação que unam os recursos existentes e valorizem as ações e movimentos sociais. Portanto, no caso de dona Joana e de outras tantas mulheres, elas tornam-se empoderadas não só através de mudanças individuais, mas principalmente através da integração em grupos e tomadas de decisões coletivas.

No quadro abaixo apresentamos um diagrama que mostra a articulação entre os níveis de empoderamento:

NÍVEIS DE EMPODERAMENTO E ARTICULAÇÃO DE RECURSOS



Fonte: STARK, WOLFGANG. **Gemeinde Kräfte entdecken: Empowerment als kompetenz-orientierte Ansatz in der psychosozialen Arbeit.** Freiburg und Breisgau, Lambertus, 1996. (Tradução livre da autora)

O diagrama deixa claro que os níveis devem articular-se num processo sinérgico, ou seja, um depende do outro. No nível individual as mulheres necessitam “se dar conta”, despertar, compreender que estão em situação de subordinação, dominação, discriminação, assim como ter consciência sobre as causas desta situação, em níveis micro e macro da sociedade, para em seguida incluírem um novo conhecimento sobre as relações e ideologias de gênero, sobre a sexualidade, os direitos

legais, as dinâmicas conjugais, enfim, sobre a capacidade para organizar e promover mudanças sociais. Aqui entram em cena os três tipos de empoderamento propostos por Friedman (1996) vistos anteriormente: o social, o político e o social. No nível grupal, deve ocorrer uma identificação entre as mulheres em relação à uma determinada carência ou necessidade, para em seguida estabelecer-se uma coesão interna entre os membros do grupo e sentido de solidariedade para lutar pela mesma causa; Por último, no nível estrutural ocorrerá um embate nas correlações de força entre os grupos organizados e a esfera pública, porém quanto mais forte for o empoderamento coletivo, mais possibilidades de conquistar os direitos e verem atendidas suas reivindicações.

5. Tecendo algumas considerações finais

A proposta de trabalhar com a concepção de empoderamento vem trazendo grandes perspectivas para os trabalhadores das áreas humanas e sociais, na medida em que configura uma práxis social, ou seja, o profissional “adentra” o universo sócio-cultural dos sujeitos com os quais trabalha, conhece a sua realidade e trabalha “com os sujeitos” e não “para os sujeitos” pois acredita na competência e na capacidade dos mesmos para enfrentarem seus problemas e necessidades de forma criativa e conjunta.

No trabalho com mulheres, geralmente os programas e projetos vêm “impostos” de cima para baixo, sem participação das pessoas que serão beneficiadas pelos mesmos, sem qualquer consulta ou aproximação dos valores e da cultura. As políticas públicas para mulheres, ao longo da história, tem sido elaboradas e propostas por homens, dentro de uma concepção e perspectiva masculina, hierárquica e paternalista, sem levar em conta as reais necessidades e demandas das mulheres, pois dificilmente elas são ouvidas ou convidadas a participar.

Por esse motivo, o empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais nos espaços sócio-institucionais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família.

Os projetos orientados para a equidade de gênero, relativamente recentes numa perspectiva histórica, estão demonstrando que a mudança na auto-estima dos participantes é o resultado mais destacado por eles e que esta mudança tem um importante efeito desencadeador de outras transformações positivas nas relações familiares e comunitárias. Neste sentido, as ações genéricas têm muito que contribuir para as estratégias e metodologias de empoderamento de outros setores sociais (VILLACORTA E RODRÍGUEZ, 2000).

Por fim, o empoderamento das mulheres libera e empodera também aos homens no sentido material e psicológico, já que a mulher passa a ter acesso aos recursos materiais em benefício da família e da comunidade e a compartilhar responsabilidades. Também permite novas experiências emocionais para os homens na medida em que os libera de estereótipos de gênero (LEÓN, 2000). O processo de empoderamento da mulher traz a tona uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas proporcionando um maior nível de “bem-estar”, maior grau de participação e acesso ao controle das políticas públicas que venham ao encontro de suas necessidades.

BIBLIOGRAFIA

FRIEDMAN, John. **Empowerment - uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras, Celta, 1996.

IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. P. 21-44

KLEBA, Maria Elisabeth. **Descentralização do sistema de saúde no Brasil: limites e possibilidades de uma estratégia para o empoderamento**. Chapecó, ARGOS, 2005

LAGARDE, Marcela. **Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia**. Madrid, Horas & Horas, 1996

LEON, Magdalena. El empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo. In: DEERE, Carmen, D. y LEÓN, Magdalena. **Género, propiedad e empoderamiento**:

terra, estado y mercado em América Latina. Tercer Mundo Editores e Facultad de Ciencias Humanas, Colombia, 2002

LISBOA, T. K. Gênero, Classe e Etnia – Trajetória de mulheres migrantes. Florianópolis & Chapecó, Editora da UFSC & ARGOS, 2003

_____. Mulheres migrantes no sul do Brasil e seu processo de empoderamento. *Katálysis*, Florianópolis, v.1, p.104-127, 2002

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

RAPPAPORT, Julian. Ein plädoyer für die widersprüchlichkeit: ein sozialpolitisches Konzept des “empowerment” anstähle präventiver Anzätze. In: **Verhaltenstherapie und Psychoziale Praxis.** n. 2, p. 257-278. 1985.

STARK, Wolfgang. **Empowerment: neue handlungskompetenzen in der psychosozialen praxis.** Freiburg und Breisgau, Lambertus, 1996.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida - mujer, ecologia e supervivencia.** Uruguai, Instituto del Tercer Mundo, 1991.

_____. O empobrecimento do ambiente: as mulheres e as crianças para o fim. In: MIES, M. & SHIVA, V. **Ecofeminismo.** Lisboa, Instituto Piaget, 1993.

VILLACORTA, A. E.; RODRÍGUEZ, M. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.